

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2022**

(Da Sra. CARLA ZAMBELLI)

Tipifica como crime a conduta de plagiar ou comercializar trabalho acadêmico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 184 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de tipificar como crime a conduta de plagiar ou comercializar trabalho acadêmico.

Art. 2º O art. 184 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º-A:

“Art. 184. ....

.....  
§ 2º-A Na mesma pena do caput incorre quem, com intuito de lucro direto ou indireto, plagia ou comercializa trabalho acadêmico, salvo quando estiver prestando o serviço de revisão linguística.

.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Este projeto de lei tem por objetivo tipificar como crime as condutas de plagiar ou comercializar trabalho acadêmico.



Para tanto, propõe alteração do art. 184 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal, a fim de que lhe seja acrescentado o § 2º-A para determinar que *“na mesma pena do caput incorre quem, com intuito de lucro direto ou indireto, plagia ou comercializa trabalho acadêmico, salvo quando estiver prestando o serviço de revisão linguística”*.

Levantamento realizado pela Universidade de Campinas (UNICAMP) constatou que 87% dos alunos chegam à universidade sem saber o que é plágio, e que a instituição deve estabelecer política contra a má conduta nos trabalhos acadêmicos.

A pesquisa foi realizada em agosto e setembro de 2018, por meio de um questionário *on line*, seguido de entrevistas com amostra de estudantes. Ao todo, 958 estudantes de pós-graduação (35%) e de pós-graduação (65%), de todas as áreas do conhecimento, responderam a todas as questões.

A pesquisa mostrou que a maioria dos alunos (98,4%) considera que copiar trechos de trabalhos é algo grave ou gravíssimo. No entanto, apenas uma minoria (4,5%) acredita que o plágio seja sempre intencional.

Além disso, aponta que 36,7% dos alunos admitem já ter copiado trechos de textos sem fazer a devida citação, e que oito em cada dez dos estudantes ouvidos afirmam que ações educativas podem prevenir que alunos cometam plágio.<sup>1</sup>

Mister se faz que este Parlamento enfrente a realidade que o plágio é uma realidade no mundo acadêmico, sobretudo por conta da difusão científica proporcionada pela internet e pela falta de planejamento de alunos durante a pesquisa, o que provocou, inclusive, as universidades brasileiras a criarem comitês de integridade acadêmica e códigos de conduta.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Nesse sentido, confira-se: < <https://veja.abril.com.br/educacao/pesquisa-87-dos-alunos-chegam-a-universidade-sem-saber-o-que-e-plagio/> >. Acessado em 16 de junho de 2022.

<sup>2</sup> Nesse sentido confira-se: < <https://veja.abril.com.br/educacao/pesquisa-87-dos-alunos-chegam-a-universidade-sem-saber-o-que-e-plagio/> >. Acessado em 16 de junho de 2022.



Em relação ao tipo penal ora proposto, faz-se ressalva quanto à responsabilidade do agente que presta serviços de revisão linguística, excluindo-o, pois, da prática do crime cuja positivação se pretende.

Certo de que meus nobres pares bem aquilatarão a conveniência e oportunidade da alteração legislativa proposta, conclamo-os a apoiar a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em        de        de 2022.

Deputada CARLA ZAMBELLI

2022-6363

